



ARQUIDIOCESE
DE PALMAS

CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS(AS) A MANDATOS POLÍTICOS

Por ocasião da realização do pleito municipal, a Igreja Católica, por meio da Arquidiocese de Palmas, na realização do Seminário “A Política Melhor”, vê por bem manifestar-se, por esta carta, a todos os candidatos e candidatas aos cargos do executivo e legislativo municipal, em modo à iluminar as consciências e contribuir na construção de uma sociedade melhor para todos.



A Igreja Católica e a Política

Na história eclesiástica, a Igreja sempre esteve presente na vida pública. Ela entende que, no exercício de sua missão de ensinar, em continuidade ao múnus magisterial de Cristo, possui o dever de “anunciar sempre e por toda parte os princípios morais, mesmo referentes à ordem social, e pronunciar-se a respeito de qualquer questão humana, enquanto o exigirem os direitos fundamentais da pessoa humana ou a salvação das almas” (cân. 747 §2).

Nesse sentido, o magistério eclesiástico sempre ofereceu importantes ensinamentos sobre a vida social que compõem a chamada Doutrina Social da Igreja Católica.





**ARQUIDIOCESE
DE PALMAS**

O Acordo Brasil Santa Sé



Nas relações bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, tendo sido firmado o Acordo Brasil-Santa Sé, o denominado Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, por meio do Decreto nº 7.107 de 11 de fevereiro de 2010, o Estado brasileiro reconhece a cooperação da Santa Sé e, portanto, da Igreja Católica, “para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e fraterna” e, em seu artigo 2º, assim se manifesta:

“A República Federativa do Brasil, com fundamento no direito de liberdade religiosa, reconhece à Igreja Católica o direito de desempenhar a sua missão apostólica, garantindo o exercício público de suas atividades, observado o ordenamento jurídico brasileiro”.

O livre exercício da missão apostólica em modo público, exercício esse hoje legalmente previsto, ao mesmo tempo em que fornece embasamento legal para o desenvolvimento da missão da Igreja Católica no Brasil, reconhece o seu direito ao anúncio de seus princípios morais, ainda que referidos à ordem social e de pronunciar-se sobre a vida humana em sua realidade individual e social em vista do bem comum e da salvação das almas.



A Doutrina Social Católica

Como acima acenado, o ensinamento da Igreja Católica, sobre questões da vida social, foram, na história, importantes luzes para a sociedade em constante evolução.

Ao longo dos últimos séculos, várias foram as encíclicas papais que se destinaram a iluminar as decisões governamentais sobre aspectos relevantes para a vida social de cada época. Assim temos as seguintes encíclicas:





ARQUIDIOCESE
DE PALMAS



No magistério eclesiástico recente, ainda destacamos as duas últimas encíclicas que abordam questões sociais:



2009. Carta Encíclica *Caritas in Veritate*



2015. Carta Encíclica *Laudato Si*

2020. Carta Encíclica *Fratelli Tutti*





Dentre as questões sociais abordadas pela Doutrina Social da Igreja Católica, encontramos:

- Dignidade da pessoa humana;
 - Solidariedade;
 - Bem comum;
 - Justiça;
 - Paz;
 - Trabalho e economia;
 - Família;
 - Vida humana;
 - Política;
 - Meio Ambiente;
 - Amizade Social.

A Política na Doutrina Social Católica



O memorável Papa Bento XVI sintetizou a Doutrina Social da Igreja Católica na via da caridade.

“A caridade é a via mestra da doutrina social da Igreja. As diversas responsabilidades e compromissos por ela delineados derivam da caridade, que é — como ensinou Jesus — a síntese de toda a Lei (cf. Mt 22, 36-40)”¹

O Papa Francisco, em diversas oportunidades, em seus pronunciamentos, tem vinculado a política à caridade.

“é assim que se pratica a política, como ‘a mais alta forma de caridade’, como a definia o Papa Pio XI”²

¹ Carta Encíclica *Caritas in Veritate* nº 2.

² Discurso do Papa Francisco aos membros da Fraternidade Política *Chemin Neuf* em 16 de maio de 2022.





**ARQUIDIOCESE
DE PALMAS**

A política, como expressão mais alta da caridade, coloca o Estado, entidade responsável pela sociedade, a sair de si mesma, dos interesses próprios, para ir ao encontro do Bem Comum, na promoção de uma sociedade mais justa, onde os direitos fundamentais sejam respeitados e o desenvolvimento dos povos eliminem as injustiças sociais que ainda gritam em nosso tempo. Como diz a canção: onde há amor e caridade Deus aí está.



O Político para a Igreja Católica

É próprio da missão dos leigos, ou seja, daqueles fiéis que não fazem parte da hierarquia eclesiástica, ordenar o mundo e suas realidades políticas, econômicas e sociais segundo o projeto de Deus.

O político, independente de suas crenças ou descrenças pessoais, é aquele homem ou mulher chamado para ordenar a vida social, pautado na prática da caridade e em vista dos ditames do bem comum, por isso se requer que os vocacionados à vida política sejam pessoas de bem, que tenham a pessoa humana como centro de seus esforços, que pautem suas vidas pelos princípios da justiça, solidariedade e paz; que respeitem a dignidade de todo ser humano, obra da criação divina, e promovam o seu desenvolvimento integral; que sejam pessoas íntegras, transparentes, homens e mulheres de diálogo e construtores de consensos, bem como pessoas de reta razão.

Contribuições da Arquidiocese de Palmas



A Arquidiocese de Palmas, como Igreja local e no exercício de seu múnus apostólico, deseja trazer luzes a todos os candidatos e candidatas aos cargos eletivos do executivo e legislativo do município de Palmas.





Um dos grandes desafios da atualidade é conscientizar as pessoas sobre a importância da união dos carismas e das competências para a prevenção e a solução de conflitos. Nesse contexto, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas que considerem os diversos setores da sociedade, cada um segundo suas forças e competências, para a busca e desenvolvimento do bem comum, como já acenado.

Assim, como Igreja peregrina em Palmas, Igreja essa que conhece a realidade do seu povo de uma extremidade a outra desta nossa cidade, apresentamos as seguintes proposições para que sejam consideradas por aqueles que receberem a confiança da população por meio do sufrágio democrático que se aproxima.

1. Regularização Fundiária



Urge pensar e compreender a realidade religiosa de nossa população não apenas como um fator espiritual e cultural, mas também como um bem público que atua diretamente na prevenção da violência e desigualdade social. Sendo assim, solicitamos uma atenção aos inúmeros terrenos que ainda não foram doados ou

regularizados, mas que há décadas já estão em posse e uso da Mitra Arquidiocesana de Palmas. Tal inconveniente nos impede de fazermos melhorias e também de construirmos centros pastorais que atuariam, seja nos projetos de evangelização como também nos projetos sociais, em nossas comunidades. Aplicando, também, o Acordo Brasil-Santa Sé, solicitamos que sejam destinadas áreas específicas para culto religioso nas novas áreas criadas de loteamentos como também no projeto de expansão do plano diretor de Palmas, tornando-se uma exigência para a aprovação de novos loteamentos em conformidade com a norma vigente do Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil.





2. Saúde

Considerando a saúde na sua integralidade, a Igreja acredita na importância da assistência religiosa dos pacientes como uma forma de conforto e alívio para a recuperação do ser humano. Sendo assim, solicitamos que o direito de assistência religiosa previsto em lei seja assegurado a todos os pacientes que estiverem assistidos pelo poder municipal, em suas diversas dependências, sem a criação de embaraços que limitam o direito constitucional à assistência religiosa.



3. Educação



Apesar das Diretrizes Básicas da Educação serem de competência do Governo Federal, solicitamos todo esforço do poder público municipal para que o valor da vida e da família sejam salvaguardados de todas as ideologias políticas da atualidade. A Igreja Católica é contrária a qualquer proposta que atente contra a dignidade humana. Linhas de ensino como linguagem neutra, ideologia de gênero e relativização da fé devem ser rejeitados tendo em vista a lei natural e a dignidade do ser humano. A diversidade deve ser tratada respeitando o pluralismo de ideias e opções individuais, mas não imposta como meio de propagar ideologias consideradas “minorias” com o pretexto de superar as violências na sociedade. Relembramos ainda que é dever da família ensinar e semear valores aos seus filhos, cabendo à escola a missão de ensinar conteúdos que são apenas de competência escolar. Solicitamos também que a disciplina de ensino religioso, obrigatória para as instituições de ensino público e facultativa para o aluno, sejam ministradas em modo confessional como previsto no Acordo Brasil-Santa Sé e reconhecido como constitucional pelo STF.



4. Segurança

A Igreja propõe que sejam desenvolvidas políticas públicas de prevenção às drogas, bem como o devido apoio na recuperação de toxicodependentes. A informação e educação são fundamentais para evitar a violência doméstica, bem como é de grande importância uma presença mais intensa e preventiva da Guarda Metropolitana em áreas de maior vulnerabilidade social.



5. Assistência Social



É urgente o resgate de parcerias e convênios com entidades do terceiro setor de nossa Arquidiocese. Seria ingênuo pensar que um governo municipal seria capaz de atender toda a demanda de sua população. Solicitamos, com muita urgência, a retomada de parcerias públicas para a manutenção de atividades educativas, preventivas, sociais e culturais realizadas

pelas entidades ligadas à Igreja Católica. Muitas estão perecendo porque convênios não foram renovados por falta de “vontade política”. Nossas entidades estão todas regulamentadas junto aos órgãos municipais, estaduais e federais e estão aptos para a execução dessas parcerias. Aproveitamos ainda a ocasião para relatarmos a grande dificuldade de executarmos emendas que foram destinadas a estas mesmas entidades por aquilo que denominamos “burocracia” e “falta de compromisso com a população”. Sempre apresentamos todos os documentos solicitados e reapresentamos sempre que necessário, já que algumas certidões inseridas nos processos chegam a vencer pelo tempo de demora na análise dos processos, e mesmo assim somos vencidos pela ineficiência de órgãos públicos que, assim como nós, deveriam pensar no bem comum do povo palmense.





Considerando ainda o aspecto social, solicitamos um serviço de acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua que contenham ao menos 20 vagas, sendo:

- a) Um na modalidade “Casa de Passagem para adultos e famílias em situação de rua”, na região central de Palmas, dado o grande fluxo de transeuntes;
- b) Um acolhimento na modalidade “abrigo Institucional” para pessoas, em situação de rua, que necessitam de um trabalho social mais sistemático e prolongado, dado o contexto de dependência, abandono entre outros.

6. Calendário Religioso e Cultural

Nossa cidade, com sua mistura de culturas, traz consigo uma grande riqueza. Nossas festas religiosas, além de populares, fazem parte da cultura religiosa de nosso povo. Além de movimentar a economia local, tais festas expressam a importância de uma vida comunitária e também o trabalho em prol de um bem comum. Solicitamos que nossas festas religiosas sejam inseridas no calendário cultural do município favorecendo, assim, estruturas públicas para a realização dessas atividades.



7. Meio Ambiente



Palmas é considerada uma capital ecológica. Para mantermos essa condição, solicitamos que sejam desenvolvidas políticas públicas que promovam a preservação do meio ambiente e também a coleta seletiva para reciclagem de materiais. Solicitamos, ainda, o apoio para que nossas paróquias possam ser locais de coleta seletiva, trabalhando a conscientização do povo sobre a importância da reciclagem. Pedimos, também, a realização de ações para proteção de áreas verdes em torno a nossa capital, bem como a flexibilização para que as paróquias adotem jardins em suas proximidades.



8. Infraestrutura e Transporte Público

Palmas é uma cidade em crescimento constante. Certamente o desafio da gestão é levar infraestrutura para as diversas regiões da cidade. Solicitamos da gestão municipal uma atenção especial à população do setor Coqueirinho que há décadas sofre com a falta de infraestrutura e transporte público. É uma região em grande crescimento populacional. O asfaltamento das estradas que leva ao Seminário Interdiocesano do Divino Espírito Santo e ao Mosteiro das Irmãs Clarissas Capuchinhas seria um grande benefício para a expansão de atividades religiosas nas redondezas.



9. Relações Institucionais



Não se faz política sem diálogo. É de fundamental importância que o governo municipal estreite relações com as diversas instituições e organizações da sociedade para somar forças na construção do bem comum. É urgente a abertura de um canal de diálogo entre a Arquidiocese de Palmas e o Poder municipal para tratar as principais demandas relativas à vida do nosso povo e de sua prática de fé na caridade. Para tal finalidade, a Arquidiocese dispõe de uma assessoria para facilitar a construção de diálogos e espera-se reciprocidade.

10. Moradia

Os dados, até o junho de 2024, apontados pelo Movimento de Luta pela Moradia e ABRANC - Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, apontam que Palmas possui 15.000 famílias sem residência própria. Muitas dessas famílias vivem em espaço de ocupação irregular, outras dividem o mesmo teto com outras famílias, em espaços cedidos ou mesmo de aluguel. Nos próximos quatro anos da gestão municipal espera-se um esforço real e efetivo para que toda família tenha sua moradia e que nenhuma família fique ao relento.





ARQUIDIOCESE
DE PALMAS

Na esperança que esta carta aberta possa ajudar ao crescimento de uma política pautada no amor desinteressado ao próximo e no bem comum, elevamos a Deus as nossas preces por todos os candidatos e candidatas em modo que, iluminados pela luz do Divino Espírito Santo, possam, com lealdade e retidão, realizarem suas campanhas políticas e que, com coragem e caridade, exerçam os mandatos confiados pelo povo.

Palmas, 17 de agosto de 2024.

Dom Pedro Brito Guimarães

Arcebispo Metropolitano
em nome de todo o clero

